

Doze propostas de pesquisa na área jurídica foram recomendadas pelo Programa de Apoio Pesquisa Jurídica – CNJ Acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior divulgou os escolhidos esta semana. A iniciativa é uma parceria entre a Capes e o Conselho Nacional de Justiça.

As pesquisas giram em torno dos temas “O Sistema de Justiça Criminal no Brasil – seus problemas e desafios”, “Análise do desempenho dos órgãos do Poder Judiciário”, “Aprimoramento dos instrumentos para uma prestação jurisdicional mais eficiente”, “Atuação, competências e interfaces CNJ com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes”, “Utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento do Poder Judiciário — limites e desafios” e “Principais problemas no processo de revisão das decisões nos Juizados Especiais Federais”.

Para que se chegassem aos doze nomes, foram analisadas propostas de instituições públicas e privadas com programas de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pela Capes, com área de concentração nos temas apresentados. Com isso, espera-se fomentar e promover a realização e a divulgação de pesquisas científicas em áreas de interesse prioritário para o Judiciário. Com informações da Assessoria de Comunicação da Capes.

Fonte: www.conjur.com.br